Aviso de

CONTRATAÇÃO DIRETA

90013/2026

CONTRATANTE (UASG)

990035 – SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

OBJETO

Aquisição de materiais de consumo para reparo na caixa d'água do Escritórios Regionais de São José do Rio Preto

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R$ 8.088,72

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia ***09/11/2026***

HORÁRIO DA FASE DE LANCES

Das ***08h até 14h*** **(horário de Brasília)**

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

menor preço **por** ***grupo***

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Baixe o app Compras.gov.br
e apresente sua proposta

Sumário

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA 3
2. REGISTRO DE PREÇOS 3
3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA. 3
4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL 5
5. FASE DE LANCES 7
6. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS 8
7. HABILITAÇÃO 10
8. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 11
9. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA 11
10. CONTRATAÇÃO 11
11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS 12
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 15

SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 90013/2026
(Processo Administrativo n.° 002.00001953/2026-86)

Torna-se público que o(a) SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS, por meio do(a) SUBSECRETARIA DE Gestão CORPORATIVA localizada à Avenida Morumbi, 4.500 Morumbi São Paulo/SP, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento menor preço**,** na hipótese do art. 75*, caput,* inciso II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, observando a disciplina do referido diploma legal, do Decreto estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, e demais normas da legislação aplicável, e, ainda, as condições estabelecidas neste Aviso e em seus Anexos, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

Data da sessão: *09/11/2026*
Horário da Fase de Lances: *08:00* às 14*:00*
Link: compras.gov.br
Critério de Julgamento: menor preço por grupo

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto do presente procedimento de dispensa de licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para aquisição de materiais de consumo para reparo na caixa d'água do Escritórios Regionais de São José do Rio Preto**,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos.

1.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço por grupo, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de dispensa eletrônica para registro de preços.

3. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

3.1. A participação na presente dispensa eletrônica ocorrerá por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, ferramenta informatizada integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Compras.gov.br, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio eletrônico www.gov.br/compras.

3.1.1. O procedimento será divulgado no Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

3.1.2. O Compras.gov.br poderá ser acessado pela web ou pelo aplicativo Compras.gov.br.

3.1.3. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão ou entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.2. Nos limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, serão observadas, caso aplicáveis, as regras de tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, bem como para as cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, para o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI.

3.3. Em relação às regras aplicáveis à presente dispensa eletrônica concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.3.1. Para o grupo 1, a participação é exclusiva a microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas que atendam ao disposto no art. 34 da Lei n° 11.488, de 2007, e no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021 (se admitida a participação de cooperativas no item 3.5), nos termos do art. 49, inciso IV, c/c o art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.3.1.1. O tratamento favorecido a que se refere a subdivisão acima fica limitado às microempresas, às empresas de pequeno porte e às cooperativas (se admitida a participação de cooperativas no item 3.5) que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.4. Não poderão participar desta dispensa de licitação os fornecedores:

3.4.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) Anexo(s);

3.4.2. que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.4.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto no § 2º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto no § 2º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na dispensa de licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.4.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.4.3.2. O impedimento de que trata a alínea "c" acima será também aplicado ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

3.5. Será permitida a participação de sociedades cooperativas, nos termos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5.1. Os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte serão estendidos a cooperativas que atenderem ao disposto no art. 34 da Lei n.º 11.488, de 15 de junho de 2007, observando-se os limites previstos no art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, e na Lei Complementar nº 123, de 2006.

3.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da dispensa eletrônica ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.6.1. A vedação de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.7. Será admitida a participação de pessoas jurídicas em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7.1. Será vedada a participação de empresa consorciada, na mesma dispensa eletrônica, de mais de um consórcio ou de forma isolada, nos termos do art. 15, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021.

4. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

4.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica ocorrerá com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item 4.

4.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do Aviso de Contratação Direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, modelo e o *preço*, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

4.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam o Contratado.

4.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4.1. A proposta deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.4.2. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Independentemente do percentual de tributo que constar da planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.

4.6. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Aviso, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto a ser contratado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a *60 (sessenta)* dias**,** a contar da data de sua apresentação.

4.8. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar Termo de Aceitação, em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.8.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.8.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus Anexos;

4.8.3. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

4.8.4. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

4.8.5. que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição Federal; e

4.8.6. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4.9. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte *ou sociedade cooperativa que atenda ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007* deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar a exceção dos §§ 2º e 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado no item 4.9.1 subsequente.

4.9.1. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte e as

cooperativas que, no ano-calendário de realização do certame, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.9.2. Na hipótese de se verificar a exceção especificada na subdivisão anterior, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o fornecedor deverá assinalar o campo "não", por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.9.3. O fornecedor organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no *artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021*.

5. FASE DE LANCES

5.1. A partir da data e horário estabelecidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste Aviso.

5.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário relativo ao item.

5.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como "lances intermediários" para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

5.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta, é de *item 1 R$ 5,00 (cinco reais);* item 2 R$ 3,00 (três reais); item 3 R$ 5,00 (cinco reais); item 4 R$ 0,30 (trinta centavos); item 5 R$ 0,5 (trinta e cinco centavos); item 6 R$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos); item 7 R$ 1,60 (um real e sessenta centavos); item 8 R$ 0,40 (quarenta centavos); item 9 R$ 2,55 (dois reais e cinquenta e cinco centavos); item 10 R$ 0,20 (vinte centavos); item 11 R$ 2,35 (dois reais e trinta e cinco centavos); item 12 R$ 1,05 (um real e cinco centavos); item 13 R$ 5,30 (cinco reais e trinta centavos); item 14 R$ 0,20 (vinte centavos); item 15 R$ 0,50 (cinquenta centavos).

5.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

5.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

6. JULGAMENTO E ACEITAÇÃO DAS PROPOSTAS

6.1. Encerrada a fase de lances, quando a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, poderá haver negociação de condições mais vantajosas.

6.1.1. Na hipótese a que se refere a subdivisão acima, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o menor preço, para que seja obtida a melhor proposta compatível em relação ao estipulado pela Administração.

6.1.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

6.2. Em qualquer caso, concluída a negociação, se houver, o resultado será divulgado a todos e registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica, devendo esta ser anexada aos autos do processo de contratação.

6.3. Constatada a compatibilidade entre o valor da proposta e o estipulado para a contratação, será solicitado ao fornecedor o envio da proposta adequada ao último lance ofertado ou ao valor negociado, se for o caso, acompanhada de documentos complementares, quando necessários.

6.4. Encerrada a etapa de negociação, se houver, será verificado se o fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.4 deste Aviso, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no processo de contratação direta ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.4.1. Sicaf;

6.4.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta);

6.4.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta);

6.4.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

6.4.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (http://www.esancoes.sp.gov.br);

6.4.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (https://www.tce.sp.gov.br/apenados); e

6.4.7. Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alínea “c”, do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

6.5. Em relação a pessoa jurídica fornecedora, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n° 8.429, de 1992.

6.6. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o órgão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, *caput*, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.6.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.6.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

6.6.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.7. Verificadas as condições de participação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Contratação Direta e em seus Anexos.

6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.8.1. contiver vícios insanáveis;

6.8.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Aviso ou em seus Anexos;

6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado que tenha sido definido para a contratação;

6.8.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso ou seus Anexos, desde que insanável.

6.9. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta ou lance que:

6.9.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração;

6.9.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

6.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

6.13. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.14. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.15. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, será iniciada a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

7. HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Aviso, e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado na fase de lances, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. A habilitação dos fornecedores será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

7.2.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do Sicaf para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

7.2.2. O descumprimento da subdivisão acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.3. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares, indispensáveis à confirmação dos já apresentados para a habilitação, ou de documentos não constantes do Sicaf, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, por meio do sistema, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação (art. 17, § 2º, do Decreto estadual nº 68.304, de 2024).

7.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.6. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.7. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.

7.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou por os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

7.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, a Administração examinará a proposta subsequente, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e às condições de habilitação.

7.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7.10. A disciplina dos recursos, da adjudicação e da homologação encontra-se no item 12 deste Aviso.

8. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A disciplina deste item 8 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de dispensa eletrônica para registro de preços.

9. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de dispensa eletrônica para registro de preços.

10. CONTRATAÇÃO

10.1. Após a adjudicação e homologação, caso se conclua pela contratação, sua formalização ocorrerá mediante a emissão de nota de empenho, cuja minuta integra este Aviso como Anexo.

10.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

10.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

10.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual”, de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

10.1.4. Com a finalidade de verificar se o fornecedor mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 6.4 deste Aviso.

10.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

10.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

10.1.5.2. a indicação de gestor encarregado de representar o adjudicatário com exclusividade perante o Contratante, caso se trate de sociedade cooperativa (se admitida a participação de cooperativa no item 3.5);

10.1.6. O fornecedor deverá manter as condições de habilitação e contratação previstas neste Aviso durante a vigência da contratação.

10.1.7. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido na documentação que integra este Aviso

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para comparecer perante a Unidade Contratante para a retirada da nota de empenho ou, alternativamente, solicitar o seu envio por meio eletrônico, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

10.2.1. O prazo para formalização da contratação previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração;

10.2.2. O não comparecimento do fornecedor para retirar a nota de empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, a ausência de envio de confirmação de recebimento dentro do prazo previsto na subdivisão anterior importará na recusa à contratação, sujeita à aplicação das sanções cabíveis.

10.2.3. A retirada da Nota de Empenho ou, quando solicitado o seu envio por meio eletrônico, o envio de confirmação de recebimento, implica a ciência e a concordância pelo adjudicatário:

10.2.3.1. de que referida Nota está substituindo o instrumento de contrato, aplicando-se à relação jurídica ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.3.2. de que está vinculado às previsões contidas neste Aviso e seus Anexos e à sua proposta;

10.2.3.3. de que se aplicam às omissões as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, e normas regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990, e princípios gerais dos contratos;

10.2.3.4. de que as hipóteses de extinção da contratação são aquelas previstas nos arts. 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.3.5. dos direitos da Administração previstos nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.3.6. de que as condições de habilitação e contratação consignadas neste Aviso deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência da contratação;

10.2.3.7. de que serão observados a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025, e as vedações constantes do Decreto estadual nº 68.829, de 2024, e dos artigos 14 e 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

11. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o fornecedor que, com dolo ou culpa:

11.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

11.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

11.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

11.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

11.1.5. não mantiver a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

11.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

11.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

11.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

11.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

11.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

11.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame;

11.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nas subdivisões anteriores ficará sujeito às seguintes sanções, após regular processo administrativo, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal:

a) Advertência pela falta do item 11.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa:

(1) Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

(2) Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 0,5% (meio por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

a. O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;

(3) Compensatória, para as infrações descritas nos itens 11.1.8 a 11.1.12, de 0,5% a 10% do valor do Contrato;

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 11.1.3, de 0,5% a 10% do valor do Contrato;

(5) Para infrações descritas no item 11.1.2, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato;

(6) Para infrações descritas nos itens 11.1.4 a 11.1.6, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato;

(7) Para infrações descritas no item 11.1.7, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato;

(8) Para infrações descritas no item 11.1.1, a multa será de 0,5% a 10% do valor do Contrato.

b.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste instrumento, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

b) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos das infrações previstas nos itens 11.1.2 a 11.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos itens 11.1.8 a 11.1.12, bem como nos casos dos itens 11.1.2 a 11.1.7 que justifiquem a imposição da penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar;

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.4. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.5. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este Aviso, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.8. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

11.8.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.8.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.8.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.8.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.8.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 11.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas.

11.10. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

11.11. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.12. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.13. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

11.14. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

a) republicar o presente Aviso com uma nova data;

b) contratar, desde que atendidos os requisitos de habilitação, o fornecedor que tenha ofertado a melhor proposta em pesquisa de preços que tenha servido de base ao procedimento, privilegiando-se, sempre que possível, a de menor preço;

c) fixar prazo para que os fornecedores interessados possam ajustar suas propostas ou sanear a documentação necessária à sua habilitação, conforme o caso.

12.1.1. No caso da alínea “b” da subdivisão anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

12.1.2. As providências das alíneas “a” e “b” da subdivisão anterior também poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto).

12.2. Qualquer fornecedor poderá apresentar recurso administrativo quanto aos atos de julgamento de proposta e de habilitação ou inabilitação.

12.2.1. O recurso contendo as razões recursais deverá ser apresentado em momento único, no prazo de 1 (um) dia útil, contado a partir da data de divulgação do ato de habilitação ou inabilitação.

12.2.2. Os recursos deverão ser encaminhados pelo meio eletrônico: e-mail unidadeadmsgri@sp.gov.br.

12.2.3. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.2.4. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais fornecedores será de 1 (um) dia útil, contado da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.2.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.2.6. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico unidadeadmsgri@sp.gov.br.

12.3. Exaurida a fase recursal, será observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto ao fornecedor vencedor e homologará o procedimento.

12.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

12.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

12.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

12.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

12.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

12.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

12.11. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

12.12. Em relação à disciplina acerca de programas de integridade, será observado o disposto no Decreto estadual nº 69.861, de 11 de setembro de 2025, e na Resolução CGE nº 4, de 27 de fevereiro de 2026, quando for o caso.

12.13. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do certame, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

12.14. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

12.14.1. ANEXO I – *Termo de Referência;*

12.14.1.1. ANEXO I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

12.14.1.2. ANEXO I.2 – Caderno de Especificações técnicas;

12.14.2. ANEXO II – Minuta de Nota de Empenho;

12.14.3. ANEXO III – Modelo de planilha de proposta;

12.14.4. ANEXO IV – Modelo(s) de Declaração(ões);

12.14.5. ANEXO V – Planilha orçamentária

São Paulo, na data da assinatura digital.

ROGERIO DIAS CORREIA:26939054863

Assinado de forma digital por ROGERIO DIAS CORREIA:26939054863
Dados: 2026.11.03 17:00:54 -03'00'

Rogério Correia Dias
Subsecretário de Gestão Corporativa

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

SECRETARIA DE GOVERNO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

(Processo Administrativo n°002.00001953/2026-86)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de materiais de consumo para reparo na caixa d'água do Escritórios Regionais de São José do Rio Preto**,** nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

Grupo	Item	CadMat	Descrição do item	Unid.	Quant. Total	R$ Unit.	R$ Total
1	1	237056	TUBO GALVANIZADO 4" – 1 BARRA C/ 6M	barra	1	R$ 995,97	R$ 995,97
	2	617596	REGISTRO GAVETA BRUTO 3"	pç	1	R$ 606,14	R$ 606,14
	3	617597	REGISTRO GAVETA BRUTO 4"	pç	1	R$ 977,91	R$ 977,91
	4	260905	LUVA GALVANIZADA 3"	pç	1	R$ 57,76	R$ 57,76
	5	416792	FIO DE JUTA MEALHAR (SISAL) 1 K	pç	2	R$ 68,19	R$ 136,38
	6	614973	JUNTA GIBAULT FOFO 4'	pç	1	R$ 479,67	R$ 479,67
	7	237010	JOELHO 90 GALVANIZADO 4"	pç	4	R$ 319,67	R$ 1.278,67
	8	324077	LUVA GALVANIZADA 4"	pç	3	R$ 76,51	R$ 229,52
	9	451645	UNIÃO ACB GALVANIZADA 4"	pç	2	R$ 511,62	R$ 1.023,24
	10	640663	DISCO CORTE 7 X 78 7 X 7/8 P/ INOX	pç	4	R$ 33,68	R$ 134,72
	11	640152	TOCO FOGO ROSCA BSP 4" X 0,50	pç	1	R$ 466,00	R$ 466,00
	12	640152	TOCO FOGO ROSCA BSP 4" X 0,80	pç	1	R$ 208,26	R$ 208,26
	13	640152	TOCO FOGO ROSCA BSP 4" X 1,50	pç	1	R$ 1.063,00	R$ 1.063,00
	14	389532	ZARCÃO LT 1 L	pç	1	R$ 37,41	R$ 37,41
	15	451643	NIPLE GALVANIZADO 4'	pç	4	R$ 98,52	R$ 394,08
						Total global:	**R$ 8.088,72**

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.1.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no artigo 20 da Lei nº 14.133, de 2021 e no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 10 (dez) dias, contados da emissão da nota de empenho , na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

1.4. O instrumento de celebração da contratação (definido pela documentação que compõe a presente contratação) estabelece a disciplina que será aplicada em relação à vigência da contratação.

Subcontratação

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023, apêndice deste Termo de Referência.

2.1.1 A adjudicação em grupo único justifica-se pela interdependência técnica dos itens, que compõem um único conjunto hidráulico, de modo que a ausência de qualquer deles inviabiliza o reparo; pela necessidade de compatibilidade de roscas e bitolas entre as peças; pelo risco de itens de baixo valor restarem desertos ou fracassados; pela economia de escala e de frete decorrente da entrega em remessa única; e pelo custo administrativo desproporcional de múltiplas contratações frente ao valor total estimado, nos termos do art. 40, §§ 2º e 3º, da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

V) ID PCA no PNCP: 08755269000190-0-000001/2026 ;

II) Data de publicação no PNCP: 30/06/2025 ;

III) Id do item no PCA: 720/721/722/723/724/725/726/727/728/729/730/731/732/733/734;

IV) Classe/Grupo: 4020/4710/4730/4820/5345/8010/;

V) Identificador da Futura Contratação: 990035-93/2026.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. O detalhamento dos itens consta no Anexo I.2 – Caderno de Especificações do Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Indicação de marcas ou modelos:

4.1. Na presente contratação não haverá indicação de marcas ou modelos, apenas indicação de referência.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.2. Na presente contratação não haverá vedação de marcas ou modelos.

Da exigência de amostra(s)

4.3. Não serão exigidas amostras dos itens.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4. Não será exigida carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Garantia da contratação

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias, contados da ordem de empenho em remessa única.

5.2. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Av. Mário Andreazza, s/nº - São José do Rio Preto – SP (CEP 15081-490) – Escritório Regional do Governo do Estado de São Paulo.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.3. *O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)*

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.7.2. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.8.2. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre

outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.10. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.11. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.12. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.13. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.14. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 *(dez*) dias, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 *(cinco)* dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de *10 (dez)* dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.8.1. *O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.*

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao Sicaf ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.12. A Administração deverá realizar consulta ao Sicaf para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.13. Constatando-se, junto ao Sicaf, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao Sicaf.

Prazo de pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, em relação ao atraso verificado.

Forma de pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

V.19.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– Cadin estadual", de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.21.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.22. *O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.*

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. *O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, caput, inciso II da Lei nº 14.133, de 2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO global, observando-se o disposto no Decreto estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024.*

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será *com entrega imediata*.

Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração da contratação, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta aos seguintes cadastros informativos oficiais:

a) Sicaf;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta);

d) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça (http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

e) Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (http://www.esancoes.sp.gov.br);

f) Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (https://www.tce.sp.gov.br/apenados); e

g) Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – Cadin, de que trata a Lei nº 10.522, de 2002, no que concerne à medida prevista no inciso I, alínea "c", do art. 13 da Lei Complementar nº 225, de 2026.

8.4. Em relação a pessoa jurídica fornecedora, a consulta ao cadastro especificado na alínea "d" da subdivisão anterior será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.6. Também constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no "Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – Cadin estadual", de que trata a Lei estadual nº 12.799, de 2008. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

8.7. A habilitação do interessado será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.8. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do Sicaf, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.10. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes a CND e a CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas obrigações.

8.12. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

8.13. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.14. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.15. **Microempreendedor Individual – MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.16. **Sociedade empresária**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.17. **Sociedade empresária estrangeira**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

8.18. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.19. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.20. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;

8.21. **Ato de autorização** para o exercício da atividade, expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.22. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.23. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.24. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.25. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.26. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital quanto ao Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS, e, nos termos da Lei Complementar nº 214, de 2025, quanto ao Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, [e/ou de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN,] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.27. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.28. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.29. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.30. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

Outras comprovações

8.31. Declaração subscrita por representante legal do fornecedor, atestando que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

8.32. Tratando-se de consórcio:

8.32.1. Apresentação do compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito pelos consorciados, o qual deverá incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

a) Designação do consórcio e sua composição;

b) Finalidade do consórcio;

c) Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;

d) Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;

e) Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas;

f) Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase do procedimento de dispensa eletrônica quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;

g) Indicação da empresa líder do consórcio e seu respectivo representante legal, que deverá ter poderes para receber citação, interpor e desistir de recursos, firmar a contratação e praticar todos os demais atos necessários à participação na dispensa eletrônica e execução do objeto contratado, sendo responsável pela representação do consórcio perante a Administração;

h) Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência do Contratante até o integral cumprimento do objeto da contratação, observado o prazo de duração do consórcio, definido na alínea “c” desta subdivisão.

8.32.2. O fornecedor vencedor é obrigado a promover, antes da celebração da contratação, a constituição e o registro do consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição;

8.32.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas a habilitação jurídica e habilitação fiscal, social e trabalhista, e a certidão negativa de falência/insolvência. Para efeito de habilitação econômico-financeira e de habilitação técnica, quando exigida, será observado o disposto no inciso III do caput do art. 15 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.32.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio;

8.33. Tratando-se de cooperativa, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.33.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

8.33.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.33.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.33.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.33.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação direta;

8.33.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

8.33.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento às subdivisões anteriores.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. *O valor estimado total da contratação é de R$ 8.088,72 (oito mil e oitenta e oito reais e setenta e dois centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima. O valor estimado da contratação foi definido com observância do disposto no Decreto estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.*

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. *As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.*

10.2. *No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:*

V) Gestão/Unidade: 510.101*;*

II) Fonte de Recursos: 500100001*;*

*III) Programa de Trabalho:*04.122.5126.4474.0000*;*

*IV) Elemento de Despesa:*33.90.30*;*

*V) Plano Interno:*0080370647*.*

10.3. *Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

São Paulo, 28 de setembro de 2026.

gov.br Documento assinado digitalmente
RODRIGO CARLOS GOMES
Data: 05/10/2026 15:38:01-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

RODRIGO CARLOS GOMES

Diretor de Gestão de Bens e Infraestrutura

ROGERIO DIAS CORREIA:26939054863

Assinado de forma digital por ROGERIO DIAS CORREIA:26939054863
Dados: 2026.11.03 17:01:44 -03'00'

ANEXO I.1

ESP-GAB. SEC. DE GOV. E REL. INSTITUCIONAIS
Estudo Técnico Preliminar 45/2026

1. Informações Básicas
Número do processo: 002.00001953/2026-86

2. Descrição da necessidade
Aquisição de materiais de consumo (peças hidráulicas, conexões, vedantes, registros e demais insumos) destinados **ao reparo da saída da caixa d'água** principal de 75.000 (setenta e cinco mil) litros do Escritório Regional de São José do Rio Preto, que abastece a totalidade da unidade, incluindo o sistema de combate a incêndio (hidrantes).

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Secretaria de Governo e Relações Institucionais	Rodrigo Carlos Gomes

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Constituem requisitos técnicos e funcionais da contratação:

- Compatibilidade dimensional e de material dos itens adquiridos com a tubulação e conexões existentes no ramal de saída da caixa d'água (diâmetro, tipo de rosca/junta e material;
- Qualidade dos materiais compatível com uso em sistema de abastecimento de água potável e em sistema de combate a incêndio, observadas normas técnicas aplicáveis (ABNT NBR 5626 — instalações prediais de água fria;
- Disponibilidade imediata dos itens no mercado local/regional, dado o caráter urgente do reparo;
- Materiais entregues em condições de uso imediato pela equipe de manutenção, dispensando processos de fabricação sob encomenda.

5. Levantamento de Mercado

Foi realizado levantamento preliminar junto a fornecedores de materiais hidráulicos e de construção civil na região de São José do Rio Preto/SP, verificando-se a existência de múltiplos estabelecimentos (lojas de materiais de construção, distribuidoras de material hidráulico e representantes de fabricantes) aptos a fornecer os itens demandados, o que caracteriza mercado local competitivo e com pronta disponibilidade de estoque para os insumos requeridos.

6. Descrição da solução como um todo

A solução compreende a aquisição de materiais de consumo (conexões, registros, vedantes, tubos e acessórios hidráulicos) que serão utilizados pela equipe própria de manutenção do Escritório Regional para a execução do reparo na saída da caixa d'água principal para o ramal de distribuição, restabelecendo o pleno abastecimento de água da unidade e a integridade da reserva técnica de incêndio.

A solução considera de forma integrada:

- Aquisição dos materiais necessários ao reparo, objeto deste ETP;
- Execução do reparo por equipe técnica própria ou, subsidiariamente, por mão de obra de manutenção já contratada pela unidade, sem necessidade de nova contratação de serviços;
- Testes de estanqueidade e de pressão após o reparo, a cargo da equipe de manutenção, antes da liberação do sistema para uso pleno;
- Registro fotográfico e relatório técnico de encerramento do reparo, para fins de controle patrimonial e de manutenção preventiva futura.

Não há, neste momento, necessidade de contratação de mão de obra especializada externa, projeto de engenharia ou obra civil, uma vez que se trata de reparo pontual em rede hidráulica existente, compatível com a capacidade técnica da equipe de manutenção da unidade.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	CADMAT	Descrição do item	Unid.	Quant. total	R$ Unit.	R$ Total
1	237056	TUBO GALVANIZADO 4" - 1 BARRA C/ 6M	barra	1	R$ 1.407,33	R$ 1.407,33
2	617596	REGISTRO GAVETA BRUTO 3"	pç	1	R$ 906,67	R$ 906,67
3	617597	REGISTRO GAVETA BRUTO 4"	pç	1	R$ 1.376,33	R$ 1.376,33
4	260905	LUVA GALVANIZADA 3"	pç	1	R$ 488,33	R$ 488,33
5	416792	FIO DE JUTA MEALHAR (SISAL) 1 K	pç	2	R$ 201,33	R$ 402,67
6	614973	JUNTA GIBAULT FOFO 4'	pç	1	R$ 479,67	R$ 479,67
7	237010	JOELHO 90 GALVANIZADO 4"	pç	4	R$ 319,67	R$ 1.278,67
8	324077	LUVA GALVANIZADA 4"	pç	3	R$ 223,33	R$ 670,00
9	451645	UNIÃO ACB GALVANIZADA 4"	pç	2	R$ 820,67	R$ 1.641,33
10	640663	DISCO CORTE 7 X 78 7 X 7/8 P/ INOX	pç	4	R$ 19,93	R$ 79,73
11	640152	TOCO FOGO ROSCA BSP 4" X 0,50	pç	1	R$ 466,00	R$ 466,00
12	640152	TOCO FOGO ROSCA BSP 4" X 0,80	pç	1	R$ 873,00	R$ 873,00
13	640152	TOCO FOGO ROSCA BSP 4" X 1,50	pç	1	R$ 1.063,00	R$ 1.063,00
14	389532	ZARCÃO LT 1 L	pç	1	R$ 46,00	R$ 46,00
15	451643	NIPLE GALVANIZADO 4'	pç	4	R$ 178,27	R$ 713,07
					TOTAL	**R$ 11.891,80**

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R$): 11.891,80
Onze Mil e Oitocentos e Noventa e Um reais e Oitenta Centavos

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Nos termos do art. 40, V, alínea "b", da Lei nº 14.133/2021, a regra geral é o parcelamento do objeto sempre que técnica e economicamente viável, de modo a ampliar a competitividade sem perda de economia de escala. No presente caso, optou-se pela NÃO fragmentação da contratação em múltiplos processos, devendo os itens ser adquiridos em lote único, pelas seguintes razões:

- Trata-se de conjunto de materiais interdependentes, destinados a um único reparo, cuja execução é indivisível do ponto de vista técnico (a falta de qualquer item compromete a conclusão do reparo);
- O baixo valor estimado da contratação, enquadrado nas hipóteses de dispensa por valor (art. 75, II), torna o parcelamento em múltiplos processos administrativamente ineficientes, gerando custo processual desproporcional ao benefício de competitividade;
- O caráter urgente do reparo exige agilidade incompatível com a tramitação de processos segmentados;
- Não há prejuízo à competitividade, uma vez que o mercado local dispõe de fornecedores (materiais de construção e hidráulica) capazes de fornecer a totalidade dos itens em um único fornecimento.

Dessa forma, a aquisição em lote único mostra-se tecnicamente adequada e economicamente mais vantajosa para a Administração, sem restringir indevidamente a competição.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não foram identificadas, até o momento, contratações em andamento com objeto correlato ou interdependente a esta demanda no âmbito do Escritório Regional de São José do Rio Preto.

Observa-se, contudo, interdependência funcional com:

- Eventuais contratos de manutenção predial preventiva/corretiva já vigentes na unidade, que poderão ser acionados para apoio na execução do reparo, caso a equipe própria necessite de reforço técnico;
- Não há, portanto, óbice à contratação em razão de sobreposição com outros processos, devendo apenas ser dada ciência às áreas responsáveis pela manutenção predial e pela segurança contra incêndio da unidade.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Em razão de seu caráter de urgência — decorrente de falha superveniente na saída da caixa d'água, não previsível no ciclo ordinário de planejamento —, a presente contratação não constava, originalmente, do Plano de Contratações Anual (PCA) da unidade para o exercício em curso.

Não obstante, a contratação está alinhada aos objetivos institucionais de manutenção, conservação e segurança do patrimônio público estadual, bem como ao dever de garantir condições adequadas de funcionamento das unidades administrativas e de segurança contra incêndio, competências afetas à Diretoria de Gestão de Bens e Infraestrutura.

Recomenda-se a inclusão retroativa/complementar da presente demanda no PCA do exercício, conforme procedimento interno aplicável a contratações emergenciais e supervenientes, de modo a manter a rastreabilidade do planejamento anual de contratações.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

- Restabelecimento do pleno abastecimento de água potável para toda a edificação do Escritório Regional de São José do Rio Preto;
- Restauração da reserva técnica de incêndio (RTI), assegurando a operacionalidade do sistema de combate a incêndio e a conformidade com a legislação de segurança predial (NBR 13714 e normas do Corpo de Bombeiros);
- Mitigação de risco à integridade física de servidores e usuários da unidade em caso de eventual sinistro;
- Prevenção de danos patrimoniais mais graves decorrentes do agravamento da falha hidráulica (vazamentos, infiltrações, comprometimento estrutural);
- Continuidade das atividades administrativas da unidade, sem necessidade de paralisação ou realocação de servidores;
- Baixo custo de investimento em relação ao benefício de segurança e continuidade operacional obtido.

13. Providências a serem Adotadas

Previamente à formalização da contratação, deverão ser adotadas as seguintes providências:

- Vistoria técnica in loco por equipe de manutenção/engenharia, para levantamento preciso de diâmetros, materiais e quantitativos necessários ao reparo;
- Elaboração de relatório fotográfico e técnico da falha, a ser anexado ao processo administrativo;
- Realização de pesquisa de preços junto a, no mínimo, 3 (três) fornecedores locais, com registro no processo (art. 23 da Lei nº 14.133/2021);
- Verificação de disponibilidade orçamentária e emissão de nota de reserva/empenho, junto à área financeira;
- Formalização do processo de contratação direta (dispensa de licitação), com enquadramento legal a ser confirmado pela área jurídica;
- Comunicação prévia à equipe de manutenção predial e, se houver, à empresa responsável pela manutenção do sistema de combate a incêndio, para acompanhamento e testes pós-reparo;
- Após a entrega dos materiais, execução do reparo pela equipe técnica e realização de testes de estanqueidade, pressão e verificação da reserva técnica de incêndio.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Em razão da natureza do objeto — aquisição de pequena quantidade de materiais de consumo hidráulico para reparo pontual —, não se identificam impactos ambientais significativos decorrentes da contratação.

Ainda assim, recomenda-se a adoção das seguintes medidas mitigatórias e de boas práticas ambientais:

- Descarte adequado de eventuais peças, conexões ou tubulações substituídas, em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), preferencialmente mediante reciclagem de materiais metálicos e plásticos;
- Priorização, sempre que viável tecnicamente e sem comprometer a urgência do reparo, de materiais com menor impacto ambiental e de fornecedores regionais, reduzindo o deslocamento logístico;
- Adoção de cuidados operacionais para evitar desperdício de água durante a execução do reparo, dado o contexto de escassez hídrica eventualmente vigente na região.
- Não se aplica, ao presente objeto, a exigência de licenciamento ambiental ou de estudos de impacto ambiental, por se tratar de aquisição de materiais de consumo de pequeno porte, sem intervenção em áreas ambientalmente sensíveis.

15. Declaração de Viabilidade
Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Com base nos elementos técnicos, de mercado, orçamentários e de planejamento apresentados neste Estudo Técnico Preliminar, DECLARA-SE VIÁVEL a contratação para aquisição de materiais de consumo destinados ao reparo da saída da caixa d'água principal do Escritório Regional de São José do Rio Preto, por atender aos requisitos de necessidade, adequação técnica, economicidade e razoabilidade, bem como por representar medida indispensável à segurança predial e à continuidade do funcionamento da unidade, notadamente quanto à reserva técnica de combate a incêndio.

Recomenda-se o prosseguimento do feito para as fases subsequentes de instrução processual, com prioridade em razão do caráter urgente da demanda, observadas as providências indicadas na Seção 8 deste Estudo.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Despacho: Segue para aprovação

RODRIGO CARLOS GOMES
Diretor de Gestão de Bens e Infraestrutura
Assinou eletronicamente em 28/08/2026 às 15:00:53.

ROGERIO DIAS CORREIA:26939054863
Assinado de forma digital por ROGERIO DIAS CORREIA:26939054863
Dados: 2026.11.03 17:02:12 -03'00'

ANEXO I.2

CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

Serviço: Aquisição de material para reparos na caixa d'água
Local: Av. Mário Andreazza, s/nº - São José do Rio Preto - SP (CEP 15081-490)
Fonte: CDHU - Boletim 203 – sem desoneração
Processo: 002.00001953/2026-86

1 – TUBO GALVANIZADO 4" - 1 BARRA C/ 6M

Tubo galvanizado 4 polegadas c/ 3,75 mm de espessura – barra com 6 metros



2 - REGISTRO GAVETA BRUTO 3"

Registro de 3 polegadas feita em liga de cobre (bronze e latão) com acabamento rústico.



3 - REGISTRO GAVETA BRUTO 4"

Registro de 4 polegadas feita em liga de cobre (bronze e latão) com acabamento rústico.



4 - LUVA GALVANIZADA 3"

Luva de Ferro Galvanizado 3 X 3 e conexão para tubos com diâmetro de 3 polegadas. Fabricada com material resistente, é indicada para sistemas hidráulicos e construções.



5 **- FIO DE JUTA MEALHAR (SISAL) 1 K**

Fio de sisal com 2mm Alta resistência: suporta amarrações firmes sem arrebentar c/ 1kg no rolo (aprox. 500 metros)



6 **- JUNTA GIBAULT FOFO 4'**

Material em ferro fundido para tubulações de ferro fundido e PVC Defofo DN 100 (LADO 1) - Diâmetro Interno (Di) - 122 mm (+2/-1) - Material em ferro fundido para tubulações DN 100/ DE 110 AÇO CARBONO PVC/PBA (LADO 2) - Diâmetro Interno (Di) - 114 mm (+2/-1) - Largura do Corpo (L) - 90 mm (+5/-5) - Composto de 3 parafusos com porcas cabeça sextavada e anéis de vedação.



7 **- JOELHO 90 GALVANIZADO 4"**

Joelho de 90° Graus Galvanizada com 4 polegadas de ferro galvanizado c/ rosca BSP (fêmea)



8 - LUVA GALVANIZADA 4"

Luva de Ferro Galvanizado 4 X 4 é conexão para tubos com diâmetro de 4 polegadas. Fabricada com material resistente, é indicada para sistemas hidráulicos e construções.



9 - UNIÃO ACB GALVANIZADA 4"
União de Ferro Galvanizado e conexão para tubos com diâmetro de 4 polegadas. Fabricada com material resistente, é indicada para sistemas hidráulicos e construções. Com rosca BSP e tipo de união roscável



10 - DISCO CORTE 7 X 78 7 X 7/8 P/ INOX

Produto proporcionando alto desempenho e produtividade aliado à segurança - Possui anel interno de aço especial – aplicação em materiais em aço carbono e aço



11 - TOCO FOGO ROSCA BSP 4" X 0,50

Toco em aço galvanizado de 4 polegadas de 0,50m.



12 - TOCO FOGO ROSCA BSP 4" X 0,80

Toco em aço galvanizado de 4 polegadas de 0,80m



13 - TOCO FOGO ROSCA BSP 4" X 1,50

Toco em aço galvanizado de 4 polegadas de 1,50m.



14 - ZARCÃO LT 1 L

Anticorrosivo, para proteção de superfícies ferrosas, novas ou com indícios de corrosão em áreas internas e externas. Indicação Produto de fácil aplicação, boa aderência, bom alastramento e ótima homogeindade que proporciona excelente proteção contra corrosão e oxidação. Sua fórmula proporciona uma ação inibidora contra a corrosão, permitindo uma maior proteção da superfície.



15 - NIPLE GALVANIZADO 4'

Niple duplo galvanizado 4" polegadas rosca BSP. Fabricada com material resistente, é indicada para sistemas hidráulicos e construções.



As fotos deste Caderno de Especificação Técnica são meramente ilustrativas.

São Paulo, 05 de outubro de 2026.

Documento assinado digitalmente
gov.br
RODRIGO CARLOS GOMES
Data: 05/10/2026 15:38:01-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

RODRIGO CARLOS GOMES

Diretor de Gestão de Bens e Infraestrutura

ANEXO II

MINUTA DE NOTA DE EMPENHO

Governo do Estado de São Paulo

NOTA DE EMPENHO - SIAFISICO - 2026NE00

UG	510101 - SUBSECRETARIA DE GESTAO CORPORATIVA
Gestão	00001 - GOVERNO DO ESTADO DE SAO PAULO
Data de Emissão	

CNPJ/CPF/UG					
Credor					
Endereço					
Cidade		UF		CEP	

Origem Material	1

Evento	UO	Programa de Trabalho	Fonte	Natureza Despesa	UGR	PI	PTRES
	51001						

No Processo		Acordo			
Tipo de Empenho		Ref Dispensa	LF 14.133/2021		
Licitação		Modalidade	1 - ORDINARIO		
Empenho Orig.		Nº Contrato		Nº OC	

Valor do Empenho R$	

Cronograma

Mês	Valor

Sequência		Item		Unid. Forn.	
Quantidade		Valor Unitário		Preço Total	
Descrição					

Impresso pelo Siafisico

Prodesp SERPRO

Governo do Estado de São Paulo

Total ou Valor a Transportar R$	
Local de Entrega	
Data de Entrega	

_____

ROGERIO DIAS CORREIA
26939054863
Ordenador da Despesa

Responsavel pela emissão	

Impresso pelo Siafisico

Prodesp SERPRO

ANEXO III

MODELO(S) REFERENTE(S) A PLANILHA DE PROPOSTA

Papel Timbrado

(Razão Social, CNPJ, Endereço Completo, E-mail e Fone)

Processo SEI nº

Interessado: Secretaria de Governo e Relações Institucionais
Objeto: Aquisição de materiais de consumo para reparo na caixa d´água do Escritório de São José do Rio Preto, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas nos Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

Grupo	Item	CadMat	Descrição do item	Unid.	Quant.	R$ Unitário	R$ Subtotal
1	1	237056	TUBO GALVANIZADO 4" - 1 BARRA C/ 6M	barra	1	R$ -	R$ -
	2	617596	REGISTRO GAVETA BRUTO 3"	pç	1	R$ -	R$ -
	3	617597	REGISTRO GAVETA BRUTO 4"	pç	1	R$ -	R$ -
	4	260905	LUVA GALVANIZADA 3"	pç	1	R$ -	R$ -
	5	416792	FIO DE JUTA MEALHAR (SISAL) 1 K	pç	2	R$ -	R$ -
	6	614973	JUNTA GIBAULT FOFO 4'	pç	1	R$ -	R$ -
	7	237010	JOELHO 90 GALVANIZADO 4"	pç	4	R$ -	R$ -
	8	324077	LUVA GALVANIZADA 4"	pç	3	R$ -	R$ -
	9	451645	UNIÃO ACB GALVANIZADA 4"	pç	2	R$ -	R$ -
	10	640663	DISCO CORTE 7 X 78 7 X 7/8 P/ INOX	pç	4	R$ -	R$ -
	11	640152	TOCO FOGO ROSCA BSP 4" X 0,50	pç	1	R$ -	R$ -
	12	640152	TOCO FOGO ROSCA BSP 4" X 0,80	pç	1	R$ -	R$ -
	13	640152	TOCO FOGO ROSCA BSP 4" X 1,50	pç	1	R$ -	R$ -
	14	389532	ZARCÃO LT 1 L	pç	1	R$ -	R$ -
	15	451643	NIPLE GALVANIZADO 4'	pç	4	R$ -	R$ -
Preço total da proposta:							**R$ -**

a) Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.
b) Declaramos que nos preços ofertados estão inclusas todas as despesas de qualquer natureza (inclusive o transporte, encargos, tributos) incidentes sobre o objeto desta aquisição.

Dados Bancários

Banco: nº Agência:

Local e Data
Assinatura e carimbo do representante legal da empresa

ANEXO IV

MODELO(S) DE DECLARAÇÃO(ÕES)

ANEXO V.1

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO
(em papel timbrado do fornecedor)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Aviso de Contratação Direta nº 90013/2026, Processo n° 002.00001953/2026-86, DECLARO, sob as penas da Lei, que o fornecedor:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e

b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

_____
(Nome/assinatura do representante legal)

ANEXO V

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Item	CadMat	EMPRESA	Unid.	Quant.	R$ unitário	R$ Subtotal
TUBO GALVANIZADO 4" - 1 BARRA C/ 6M						
1	237056	FORNEC 1	BARRA 6M	1	R$ 1.350,00	R$ 1.350,00
		FORNEC 2			R$ 917,90	R$ 917,90
		FORNEC 3			R$ 720,00	R$ 720,00
MÉDIA ARITMÉTICA - ITEM 1					**R$ 995,97**	**R$ 995,97**
REGISTRO GAVETA BRUTO 3"						
2	617596	FORNEC 1	PÇ	1	R$ 980,00	R$ 980,00
		FORNEC 2			R$ 650,00	R$ 650,00
		FORNEC 3			R$ 430,68	R$ 430,68
		FORNEC 4			R$ 370,00	R$ 370,00
		COMPRAS.SP			R$ 600,00	R$ 600,00
MÉDIA ARITMÉTICA - ITEM 2					**R$ 606,14**	**R$ 606,14**
REGISTRO GAVETA BRUTO 4"						
3	617597	FORNEC 1	PC	1	R$ 1.520,00	R$ 1.520,00
		FORNEC 2			R$ 980,00	R$ 980,00
		FORNEC 3			R$ 701,62	R$ 701,62
		FORNEC 4			R$ 710,00	R$ 710,00
MÉDIA ARITMÉTICA - ITEM 3					**R$ 977,91**	**R$ 977,91**
LUVA GALVANIZADA 3"						
4	260905	FORNEC 1	PÇ	1	R$ 80,00	R$ 80,00
		FORNEC 2			R$ 47,20	R$ 47,20
		FORNEC 3			R$ 55,00	R$ 55,00
		COMPRAS.SP			R$ 48,85	R$ 48,85
MÉDIA ARITMÉTICA - ITEM 4					**R$ 57,76**	**R$ 57,76**
FIO DE JUTA MEALHAR (SISAL) 1 K						
5	416792	FORNEC 1	PÇ	2	R$ 135,00	R$ 270,00
		SITIO ELETRÔNICO 1			R$ 50,19	R$ 100,38
		SITIO ELETRÔNICO 2			R$ 38,67	R$ 77,34
		SITIO ELETRÔNICO 3			R$ 48,90	R$ 97,80
MÉDIA ARITMÉTICA - ITEM 5					**R$ 68,19**	**R$ 136,38**
JUNTA GIBAULT FOFO 4'						
6	614973	FORNEC 1	PÇ	1	R$ 469,00	R$ 469,00
		FORNEC 2			R$ 450,00	R$ 450,00
		FORNEC 3			R$ 520,00	R$ 520,00
MÉDIA ARITMÉTICA - ITEM 6					**R$ 479,67**	**R$ 479,67**
JOELHO 90 GALVANIZADO 4"						
7	237010	FORNEC 1	PÇ	4	R$ 349,00	R$ 1.396,00
		FORNEC 2			R$ 330,00	R$ 1.320,00
		FORNEC 3			R$ 280,00	R$ 1.120,00
MÉDIA ARITMÉTICA - ITEM 7					**R$ 319,67**	**R$ 1.278,67**
LUVA GALVANIZADA 4"						
8	324077	FORNEC 1	PÇ	3	R$ 77,42	R$ 232,26
		FORNEC 2			R$ 73,60	R$ 220,80
		COMPRAS.SP			R$ 78,50	R$ 235,50
MÉDIA ARITMÉTICA - ITEM 8					**R$ 76,51**	**R$ 229,52**
UNIÃO ACB GALVANIZADA 4"						
9	451645	FORNEC 1	PÇ	2	R$ 760,00	R$ 1.520,00
		FORNEC 2			R$ 403,86	R$ 807,72
		FORNEC 3			R$ 371,00	R$ 742,00
MÉDIA ARITMÉTICA - ITEM 9					**R$ 511,62**	**R$ 1.023,24**
DISCO CORTE 7 X 78 7 X 7/8 P/ INOX						
10	640663	FORNEC 1	pç	4	R$ 21,80	R$ 87,20
		FORNEC 2			R$ 20,00	R$ 80,00
		FORNEC 3			R$ 18,00	R$ 72,00
		FORNEC 4			R$ 74,92	R$ 299,68
MÉDIA ARITMÉTICA - ITEM 9					**R$ 33,68**	**R$ 134,72**
TOCO FOGO ROSCA BSP 4" X 0,50						
11	640152	FORNEC 1	pç	1	R$ 368,00	R$ 368,00
		FORNEC 2			R$ 350,00	R$ 350,00
		FORNEC 3			R$ 680,00	R$ 680,00
MÉDIA ARITMÉTICA - ITEM 11					**R$ 466,00**	**R$ 466,00**
TOCO FOGO ROSCA BSP 4" X 0,80						
12	640152	SITIO ELETRÔNIO 1	pç	1	R$ 281,90	R$ 281,90
		SITIO ELETRÔNIO 2			R$ 181,49	R$ 181,49
		SITIO ELETRÔNIO 3			R$ 161,40	R$ 161,40
MÉDIA ARITMÉTICA - ITEM 12					**R$ 208,26**	**R$ 208,26**
TOCO FOGO ROSCA BSP 4" X 1,50						
13	640152	FORNEC 1	pç	1	R$ 619,00	R$ 619,00
		FORNEC 2			R$ 590,00	R$ 590,00
		FORNEC 3			R$ 1.980,00	R$ 1.980,00
MÉDIA ARITMÉTICA - ITEM 13					**R$ 1.063,00**	**R$ 1.063,00**
ZARCÃO LT 900 ml						
14	389532	FORNEC 1	pç	1	R$ 42,00	R$ 42,00
		FORNEC 2			R$ 50,00	R$ 50,00
		FORNEC 3			R$ 15,68	R$ 15,68

		SITIO ELETRÔNIO			R$ 41,95	R$ 41,95
MÉDIA ARITMÉTICA - ITEM 14					**R$ 37,41**	**R$ 37,41**
NIPLE GALVANIZADO 4'						
15	451643	FORNEC 1	pç	4	R$ 74,92	R$ 299,68
		FORNEC 2			R$ 150,00	R$ 600,00
		FORNEC 3			R$ 70,65	R$ 282,60
MÉDIA ARITMÉTICA - ITEM 15					**R$ 98,52**	**R$ 394,08**
VALOR TOTAL GLOBAL					**R$ 6.000,30**	**R$ 8.088,72**